CONSULTA PUBLICA RENOVAÇÃO CONCESSÃO DIST ENERGIA

CONTRIBUIÇÃO A APRESENTAR:

É VEDADA A RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO QUANDO A DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SE UTILIZAR DO PODER JUDICIÁRIO PARA CONTESTAR DECISÃO DA AGÊNCIA REGULADORA. A DISTRIBUIDORA PRECISA DEMONSTRAR AQUIESCENCIA, RESPEITO E SUBMISSÃO ÀS DECISÕES SOBERANAS DA AGÊNCIA REGULADORA.

JUSTIFICATIVA:

A Nota Técnica do Ministério das Minas e Energia nº 14/2023/SAER/SE prevê que o setor passará por um processo de transformação, com as distribuidoras desempenhando um novo papel nos próximos anos, uma nova situação que demandará regulação flexível, passível de ajustes diante das contingências, mas que não prejudique a previsibilidade e segurança jurídica.

Nesse contexto, é fundamental que a Agência Reguladora seja soberana em suas decisões. A judicialização utilizada pela distribuidora, para contestar questão decidida pela Agência Reguladora, é um demonstrativo da falta de aquiescência e de reconhecimento pela distribuidora do papel do órgão Regulador e do próprio Poder Concedente.

Significa a distribuidora procurar uma outra esfera de Poder para arbitrar regra estabelecida por princípio e por exclusividade, pelo próprio Poder Concedente.